

EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO: caminhos para inclusão

Mestranda, Marcia Eliza de Godoi dos Santos¹
Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveiras²

Introdução

A Educação é um dos direitos básicos de todas as crianças e jovens, conforme aponta documentos nacionais e internacionais que legislam sobre os direitos universais de todos os indivíduos. A política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva no contexto contemporâneo, vem sendo palco de discussões e estudos, com o propósito de possibilitar a acessibilidade às pessoas com deficiência. Desse modo, é de grande relevância o apoio especializado, tanto para alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), quanto para toda equipe escolar, que necessitem de orientação pedagógica.

A concepção que orienta as principais opiniões acerca da educação inclusiva é de que a escola é um dos espaços de ação e de transformação. O presente estudo tem como objetivo analisar as concepções acerca do Atendimento Educacional Especializado e abordará conceitos sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais a partir da perspectiva da educadora Maria Teresa Mantoan, com destaque a construção do processo de implantação da educação inclusiva.

A inclusão dos alunos com necessidades Educacionais Especiais, nas escolas regulares de ensino, é uma exigência das Leis. Mas, o que fazer para que nossas escolas se tornem verdadeiramente inclusivas e as necessidades desses alunos sejam atendidas?

Referencial Teórico

A trajetória da Educação Especial perpassa por vários avanços legais, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (ONU -1990) que aprova a Declaração Mundial sobre Educação para todos (Conferência de Jomtien, Tailândia) e o plano de Ação para Satisfazer as necessidades Básicas de Aprendizagem, promovem a universalização do acesso à educação.

Declaração de Salamanca (1994) que traz em sua premissa os Princípios, Política e Prática em Educação Especial, programada na Conferência Mundial de Educação Especial sobre Necessidades Educacionais Especiais que reafirmam o compromisso com a Educação para Todos e reconhece a necessidade de providências educacionais para pessoas com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

Para Mantoan (2003) a implantação de propostas com vistas à construção de uma educação inclusiva requer mudanças nos processos de gestão e organização do sistema

¹ Mestranda em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté, possui graduação em Pedagogia. Pós-Graduada em Direito Educacional e em Educação Especial, e-mail: marciae.godoisantos@gmail.com.

² Docente do programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté (Unitau) e do Departamento de Psicologia da Unitau. Pós-doutorado em Administração pela FGV/EAESP, Doutora e Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-. E-mail: adrianaleonidas@uol.com.br.

educacional, com ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades do alunado.

Segundo Oliveira (2010), a legislação garante ao educando a permanência em escola pública, atendimento especializado e oferta de espaços para o incentivo de suas potencialidades. No olhar de Antunes (2008) a Lei de Diretrizes e Bases, em verdade, apenas refletiu um sentimento que ganhou corpo à medida que a própria sociedade descobriu que crianças com necessidades especiais eram educandos, e, portanto, etimologicamente deveriam ser incluídos, para de fato serem educados. De acordo com autor, a inclusão era algo inevitável, oportunizando o desenvolvimento das habilidades e potencialidades para efetivação do processo de aprendizagem, considerando as adequações específicas necessárias.

A sociedade vem sofrendo transformações consideráveis no campo educacional. Portanto se faz relevante, que os profissionais da educação realizem uma reflexão crítica contínua, quanto aos caminhos percorridos, quais as conquistas e quais os desafios a serem enfrentados nesta trajetória. Mantoan (2003), entende que uma abordagem inclusiva visa uma avaliação biopsicossocial, que identifique as necessidades e capacidades de cada indivíduo. Nesse sentido, é bastante significativo a compreensão e reconhecimento dos profissionais diante das mudanças que ocorreram ao longo dos tempos, para valorizar a capacidade de aprender da pessoa com necessidades especiais. Segundo a autora, o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas unidades escolares requer um desafio no compromisso com ensino, para além das políticas públicas e ética, encontra-se nas atitudes de cada docente, em um novo olhar para construção do processo de ensino/aprendizagem.

O processo de inclusão vem passando por mudanças lentas, porém significativas na sua sistemática de atendimentos para poder atender as necessidades da sua clientela e estar em conformidade com a legislação federal vigente. Estas mudanças estão relacionadas fundamentalmente, com o modo de agir dos profissionais que compõem a equipe Escolar.

Segundo Mantoan (1997) no percurso da educação especial, observa-se várias transformações, idas e vindas no processo de construção da inclusão. Contudo, terapeutas, professores especialistas e equipe escolar se veem frente a frente com novas indagações de como agir diante das novas mudanças. Segundo a autora, faz-se necessário, unir a equipe para reflexão sobre o papel de cada um, os atores escolares, o colegiado, a comunidade em geral, e assim, a ação se efetivará na coletividade, no envolvimento de todos.

Muitos são os avanços da legislação em relação às pessoas com deficiência, mas ainda há muitos desafios a conquistar. a implantação de propostas com vistas à construção de uma educação inclusiva requer mudanças nos processos de gestão, na formação de professores, nas metodologias educacionais, com ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades de todos os alunos.

Materiais e métodos

Quanto à abordagem, a pesquisa realizada caracteriza-se como qualitativa, apresenta-se uma metodologia bibliográfica e documental, tece uma análise quanto ao processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, a partir da perspectiva da educadora Maria Teresa Mantoan, com destaque a construção do processo de implantação da

educação inclusiva, trazendo à tona discussão acerca da diversidade presente no contexto escolar.

Resultados e discussão

O respeito à diversidade deve ter como foco o direito de acesso à escola e de permanência nela, desse modo, o apoio estrutural visa diminuir os obstáculos para o cumprimento da ação educativa, o atendimento de forma paralela à educação regular, é a forma mais apropriada .

Mantoan (2006), enfatiza que a inclusão de indivíduos com necessidade educacionais na rede de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, implica em uma reorganização do sistema educacional o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando diferenças e atendendo às necessidades, alguns alunos com as mesmas deficiências funcionais podem apresentar diferenças muito significativas no desempenho de suas atividades requerendo, portanto, um plano individualizado e apoio diferenciado.

Para tanto é necessário a reorganização das atividades escolares, do tempo e espaços, dos recursos e materiais, além das interações sociais que tem como meta o trabalho coletivo, alunos, professores, família como protagonistas na construção da Proposta Pedagógica Especializada. Para Glat (2004), o trabalho com a família e o estímulo ao seu envolvimento no processo educativo, constitui um fator decisivo no processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais, sendo indispensável para a construção da individualidade do sujeito como participante ativo da sociedade.

A construção de políticas públicas efetivação da inclusão, possibilita o acesso a recursos e serviços que eliminam as barreiras da discriminação e segregação. A educação inclusiva é um direito assegurado pela Constituição Federal, o programa da sala de recursos e equipamentos multifuncionais é à medida que garante uma estrutura funcional que possibilita uma educação de qualidade e justa, em um ambiente de natureza pedagógica diversificada, com professor especializado que suplementa e complementa o atendimento educacional.

Para Mantoan (2003), a Educação tem como finalidade promover mudanças nos indivíduos, mudanças essas desejáveis e relativamente permanentes, então a responsabilidade social deve caminhar no sentido da democratização que implica na deliberação comum como responsabilidade de todos os setores sociais, em face as finalidades educacionais e a intenção de oferecer educação para todos.

Considerações finais

A escola, como instituição educacional cada vez mais complexa, necessita de mediação e atenção, visando o desenvolvimento qualitativo dos processos de ensino–aprendizagem, ampliando as formas de acesso ao conhecimento.

Compete a escola acolher os diferentes grupos e buscar desenvolver um conjunto de práticas que visem articular as experiências escolares cotidianas com as necessidades do educando, considerando sua particularidade. No entanto, na prática escolar, não deve-se

perder de vista a comunidade escolar como um todo, constituindo-se principalmente da participação da família.

Conclui-se que, no contexto contemporâneo, não basta ter uma escola pública, exige-se que a escola seja para todos, sem discriminação, isto é, com oportunidades iguais, com equidade. Para tanto, a escola deve possuir no seu bojo os meios para atender às necessidades/direitos de cada uma das crianças-cidadãs, sendo necessário, portanto, rever princípios, valores e crenças, dimensões fundamentais para a igualdade de oportunidades, garantindo aos alunos o acesso e o sucesso no processo educativo.

Fica evidente a necessidade de implementar nas unidades escolares ações educacionais que atendam as concepções filosóficas e psicopedagógicas de uma educação inclusiva, um grande e valioso desafio para os poderes públicos e para toda sociedade. O processo de inclusão requer sobretudo, para sua efetivação a ação de múltiplos esforços e a participação de todos os segmentos da sociedade, de modo a se promover uma verdadeira mudança cultural em relação à diversidade e às potencialidades humanas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Inclusão: O nascer de uma nova pedagogia**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educacionais**. Brasília: MEC, 1994.

GLAT, R., NOGUEIRA, M. L. L. **Políticas Educacionais e a Formação de Professores para a Educação Inclusiva no Brasil**. abril, 2003.

MONTOAN, M. T. É. **Inclusão escolar: pontos e contra-pontos** / Maria Tereza Égler, Rosângela Gavioli Pietro, Valéria Amorim Arantes, organizadora. - São Paulo: Summus, 2006.

_____. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **Todas as crianças são bem-vindas à escola!** Campinas: Faculdade de Educação da

OLIVEIRA, M. D.M de; PORTO, M. D. **Educação inclusiva: concepções e práticas na perspectiva de professores**. Brasília: Aplicada, 2010.